



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Grupo de Câmaras de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Mandado de segurança nº 275517-5 – Comarca do Recife

Impetrante: Luciana Mendonça de Oliveira.

Impetrado: Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco.

EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO A PORTADORA DE HIPERTENSÃO ARTERIAL PULMONAR SEVERA, CID I.27.0 E INSUFICIÊNCIA CARDÍACA GRAVE CLASSE FUNCIONAL IV, CID I.50.0. PREFACIAIS DE AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA E IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO REJEITADAS À UNANIMIDADE. MÉRITO. PRESERVAÇÃO DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE. DEVER DO ESTADO. CONCESSÃO DA SEGURANÇA. DECISÃO UNÂNIME. 1. Prefacial de ausência de prova pré-constituída rejeitada à unanimidade, posto que o *mandamus* foi devidamente instruído através de laudo médico de fls. 18/19, dos autos, que comprova a patologia da impetrante. 2. Preliminar de impossibilidade jurídica do pedido rejeitada unissonamente, uma vez que pode o cidadão socorrer-se às vias judiciais, sempre que houver lesão ou ameaça de lesão ao seu direito, em função de expressa previsão constitucional. 3. No mérito. 4. Restando comprovado o acometimento do indivíduo ou de um grupo por determinada moléstia, necessitando de determinado medicamento para debelá-la, conforme documentação colacionada aos autos, este deve ser fornecido, de modo a atender ao princípio maior, que é a garantia à vida digna, sem que haja malferimento do princípio constitucional da legalidade, em face da harmonização dos princípios constitucionais. 5. Existência nos autos de documentação comprobatória que atesta a necessidade do uso da medicação pleiteada no tratamento de saúde da impetrante. 6. Nos termos da Súmula nº 18 deste Sodalício – *É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial.* 7. Segurança concedida à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do mandado de segurança nº 275517-5, acima referenciado, ACORDAM os Desembargadores integrantes do Grupo de Câmaras de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data e à unanimidade, em rejeitar as prefaciais de ausência de prova pré-constituída e impossibilidade jurídica do pedido, e no mérito, unissonamente, em conceder a segurança pleiteada, nos termos da ementa supra, do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante do julgado.

P. e I.

Recife, 26 de Março de 2013

Des. Ricardo Paes Barreto – Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Grupo de Câmaras de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

80

Mandado de segurança nº 275517-5 – Comarca do Recife

Impetrante: Luciana Mendonça de Oliveira.

Impetrado: Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco.

RELATÓRIO

Trata-se de Mandado de Segurança, com pedido de liminar, cuja pretensão é de obter o fornecimento do medicamento, devidamente prescrito às fls. 19, na posologia indicada, com risco de óbito.

Afirma que é portadora de hipertensão arterial pulmonar severa, CID I.27.0 e insuficiência cardíaca grave classe funcional IV, CID I.50.0, e não dispõe de condições financeiras para custear o fornecimento do medicamento necessário.

Pugna pela concessão de liminar *inaudita altera parte* ao presente *mandamus*, e no mérito, requer o seu provimento.

Decisão interlocutória concessiva de segurança de fls. 33/34.

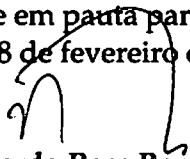
Informações de fls. 40/53, pelas prefaciais de ausência de prova pré-constituída e impossibilidade jurídica do pedido, e no mérito, verbera a denegação da segurança ante a ausência de direito líquido e certo a amparar o presente *writ*.

Parecer da douta Procuradoria de Justiça de fls. 66/75, pela concessão da segurança pleiteada.

É o relatório.

Inclua-se em pauta para oportuno julgamento.

Recife, 18 de fevereiro de 2013


Des. Ricardo Paes Barreto
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Grupo de Câmaras de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

Mandado de segurança nº 275517-5 – Comarca do Recife
Impetrante: Luciana Mendonça de Oliveira.
Impetrado: Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco.

**VOTO DA 1ª PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-
CONSTITUÍDA**

Não merece prosperar a alegação de ausência de prova pré-constituída pretendida pelo impetrado, uma vez que *mandamus* foi devidamente instruído através de laudo médico de fls. 18/19 dos presentes autos, que comprova a patologia da impetrante.

Razão pela qual rejeito esta preliminar.

É como voto.

Recife, 26 de Maio de 2013

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Grupo de Câmaras de Direito Público
Sabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

85
[assinatura]

Mandado de segurança nº 275517-5 – Comarca do Recife

Impetrante: Luciana Mendonça de Oliveira.

Impetrado: Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco.

VOTO DA 2ª PRELIMINAR DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO

Do mesmo modo, não merece guarida à arguição de que a segurança não pode ser deferida pelo Poder Judiciário, sob pena de violação ao princípio da separação de poderes, pois, em função de expressa previsão constitucional, sempre que houver lesão ou ameaça de lesão ao seu direito, pode o cidadão socorrer-se às vias judiciais.

No caso concreto, não há que se falar em ingerência ilegal do Poder Judiciário, porquanto a saúde é um direito garantido pela Carta Magna a todos, conforme proclama o seu art. 196.

Razão pela qual rejeito esta preliminar.

É como voto.

Recife, 16 de maio de 2013

[assinatura]
Des. Ricardo Paes Barreto
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Grupo de Câmaras de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Pass Barreto

86

Mandado de segurança nº 275517-5 – Comarca do Recife

Impetrante: Luciana Mendonça de Oliveira.

Impetrado: Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco.

VOTO DE MÉRITO

O cerne da questão em apreço diz respeito ao direito da impetrante em receber medicamento por parte do Estado, com o fito de combater patologia grave.

Extraí-se dos autos que a impetrante é portadora de hipertensão arterial pulmonar severa, CID I.27.0 e insuficiência cardíaca grave classe funcional IV, CID I.50.0, e não dispõe de condições financeiras para custear o fornecimento do medicamento necessário.

Frise-se que segundo atesta a médica especialista do Hospital PROCAPE, Dr^a. Ângela M^a Pontes - CRM 8093, BOSENTANA (TRACLEER), indispensável ao seu tratamento, e devidamente prescrito, conforme atesta relatório médico de fls. 18/19.

O fato de alguém necessitar de tratamento inadiável, aliado ao impostergável dever do Estado de assegurar a todos os cidadãos, especialmente os mais carentes, o direito à saúde, justifica a concessão da segurança, impondo-se ao ente público a obrigação de disponibilizar os meios necessários ao tratamento adequado ao caso.

Como bem se sabe, é dever do Poder Público, em qualquer de suas esferas, velar pela proteção da saúde dos seus cidadãos, fornecendo-lhes, sobretudo em casos como o figurado em tela, os meios necessários para garantir-lhes melhor qualidade de vida, diminuindo os sofrimentos de que padecem, em atenção, ainda, aos ditames constitucionais que priorizam a dignidade da pessoa humana.

O Grupo de Câmaras de Direito Público desta Corte de Justiça tem entendido, pacificamente, que a negativa no fornecimento de medicamentos necessários, implica em desrespeito ao direito fundamental de acesso universal e igualitário à saúde, garantido constitucionalmente, que é de responsabilidade do Estado.

Nesse sentido, colaciono precedente deste Sodalício, com aresto adiante ementado:

DIREITO CONSTITUCIONAL. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL. PRELIMINAR NÃO CONHECIDA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO POR ESTADO MEMBRO. PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DO DIREITO À SAÚDE. FORNECIMENTO DO MEDICAMENTO ECULIZUMAB. SEGURANÇA CONCEDIDA. Não conhecida a preliminar de ausência de interesse

✓

87
[assinatura]

processual, suscitada pelo Impetrado. Oposição ao pleito mandamental. Direito líquido e certo a amparar a pretensão do Impetrante, portador de hemoglobinúria paroxística noturna (HPN). Direito à saúde com especial proteção da Carta Constitucional, conforme estatuem os artigos 6º e 196 - que prescindem de lei ou de qualquer outra regulamentação para obrigar o seu cumprimento, inclusive em decorrência dos princípios da igualdade e da universalidade. Concessão da segurança para que a autoridade coatora autorize, em favor do Impetrante, sem ônus algum, o fornecimento do medicamento ECULIZUMAB (Soliris), de acordo com a necessidade do demandante, a ser ministrado conforme a prescrição médica acostada. Fixadas astreintes para a hipótese de descumprimento, nos termos do §4º, art. 461, do CPC, também cabíveis na hipótese de interrupção no fornecimento da substância (MS 205144-1, GCDP, rel. Des. Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes, julgado em 31/3/2010).

Nesse passo, a Súmula nº 18 desta E. Corte de Justiça dispõe:

Súmula nº 18 – É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial.

Cabe ao Estado, portanto, destinar recursos suficientes em seu orçamento para não inviabilizar o fornecimento de medicamentos ou congêneres em hipóteses tais, já que, o ser humano é a única razão do Estado, não se encontrando malferidos os arts. 37, XXI; 109, I; 197; 198, todos da CF.

Diante de todo exposto, concedo a segurança para fornecimento do medicamento BOSENTANA (TRACLEER), à impetrante, ministrado na dose prescrita, nos termos da liminar alhures concedida.

É como voto.

Recife, *[assinatura]* de 2013

Des. Ricardo Paes Barrêto
Relator